

RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO: REFLEXÕES SOBRE OS PRINCIPAIS CONCEITOS ORIENTADORES

Silvia Rosa

A educação como um dos campos sociais que atua na formação humana tem, dentre suas funções, que desenvolver o processo de socialização/humanização do homem, o que implica formação para vida, em que o trabalho é parte constitutiva dessa formação. Partindo dessa perspectiva, a discussão sobre a relação entre educação e trabalho no ensino médio integrado ao ensino técnico, tomada como objeto deste estudo, suscita reflexões sobre os conceitos de homem, sociedade, educação, trabalho como elementos que compõem e dão *corpus* ao recorte selecionado. Esse entendimento é necessário, sobretudo, devido à nova configuração social desencadeada pelo modelo socioeconômico neoliberal que impõe aos diversos setores da vida social a incumbência de estarem afinados com o desenvolvimento econômico, ou em outros termos a subordinação ao capital.

A efetivação dessa discussão parte da compreensão de que estes conceitos foram construídos historicamente. Desse modo, identificam-se com o contexto socioeconômico de cada cenário histórico e seus modos de produção, assim ao longo dos tempos alteraram, ganharam denotações singulares, contudo, continuam vinculados ao cenário socioeconômico que lhes atravessa e determina. Nesse contexto, o caráter humano da educação fica relegado a um segundo plano e se coloca como um desafio a ser enfrentado para que a educação do homem não se resuma unicamente aos imperativos do capital.

O ensino médio integrado ao ensino técnico, por ser uma modalidade de ensino que tem como preceito congregar a relação educação e trabalho, tende tomar esta relação como eixo principal na ação educativa¹, o que pressupõe abrigar, em sua constituição, os conceitos a serem discutidos no decurso deste estudo.

A eleição dos conceitos homem, sociedade, educação, trabalho é explicada por envolver as várias dimensões da vida consubstanciadas na escola. Esse entendimento

¹Este texto está associado à concepção de práxis apresentada por Vázquez (1977), posta como atividade prática humana. Em A ideologia alemã, Marx (2007, p. 46) “considera o mundo sensível como a soma da *atividade viva* física dos indivíduos que o compõem” (grifo do autor), assim as contradições sociais presentes colocam a necessidade de uma transformação radical na estrutura social, empreendida por meio de atividades humanas – práxis.

advém do pressuposto de que a educação escolar encerra, em seu ser e fazer, os caracteres humanos e sociais, pelo fato de a escola ser parte da sociedade e ter como uma de suas tarefas atender as demandas sociais postas pelo modelo social vigente. Assim, tratar da formação do homem requer uma compreensão de homem e de educação a ele destinada. O trabalho, geralmente, tomado como meio e fim da educação e como uma das possibilidades de sobrevivência, no ideário defendido pelo capital, tem sido ponto central da proposta educativa, na perspectiva de atender o contexto capitalista de produção. A educação e o trabalho passam desse modo, a constituir fios responsáveis por tecer a trama educacional e conduzir à formação do homem enquanto ser inserido em uma sociedade, com foco principal na revitalização constante do capital que vive sucessivas crises.

A sociedade, nessa reflexão, tem o sentido de tecido socioeconômico no universo de suas dimensões. Ressalta-se que neste tecido os conceitos de homem, educação e trabalho são produzidos e desenvolvidos e em razão do qual os conceitos são aplicados, revistos, portanto sendo considerado o *locus* em que a vida acontece.

Interfaces da relação educação e trabalho: entendimentos e implicações em categorias chave

O levantamento das categorias chave que sustentam o estudo da relação entre educação e trabalho no ensino médio integrado ao ensino técnico, tem como propósito tematizar e demonstrar como elas estão inter-relacionadas, o que, de certo modo, pode possibilitar uma compreensão totalizante da questão. Para tanto, buscamos fazer uma explanação dos principais conceitos envolvidos em sua constituição e os desdobramentos que têm no contexto social e educacional, sem perder de vista os conflitos e contradições aí imbricados.

O homem, nessa contextualidade, é considerado ser real que “precisa produzir sua própria existência, bem como garantir a produção dos bens materiais que tornem possível sua vida no meio natural em que vive” (LOMBARDI, 2011, p. 95). Assim, o modo de produção explica a própria existência do homem, pois está relacionado à produção dos meios necessários ao existir, a produção de sua própria vida material, revelando uma visão positiva do trabalho, em que o homem se humaniza por meio desse.

A humanização do ser biológico específico, para Marx e Engels (2007, p. xxiv) “só se dá dentro da sociedade e pela sociedade”, desse modo, os “indivíduos humanos são tais como manifestam sua vida. O que são coincide com sua produção, tanto com o que produzem como o *modo* como produzem”, haja vista que as condições materiais de produção indicam o que os indivíduos são.

No que diz respeito ao entendimento de sociedade, vale destacar que esta é marcada por mudanças no modo de produção e pelas regras de vivência ditadas pelos detentores dos meios de produção, conforme aponta Sampaio (2010). A sociedade capitalista moderna está assentada no livre mercado, na competitividade, na individualidade, na redução e intensificação do tempo, na ampliação do número de “proletariados que passam a ser maioria da população”, por representarem a força produtiva assalariada e os que não têm salário. Nesse cenário “só sobrevive quem encontra trabalho para vender sua força produtiva, que nada mais é do que mercadoria, passível de ser descartada, sujeita a flutuações do mercado” (SAMPAIO, 2010, p. 150).

A categoria trabalho tem primordial relevância, pois no atual contexto capitalista, as ações humanas são direcionadas, direta ou indiretamente, para o trabalho enquanto elemento que assegura ou no qual se espera assegurar as condições materiais de existência humana, sendo uma forma de alimentar o capital. Existem diversos mecanismos que forçam, de forma incisiva ou sutil, as pessoas a se submeterem às relações de produção capitalista. Nesta perspectiva, Enguita (1993, p. 214) pontua que “o mais elementar é a generalização em si do trabalho assalariado” perceptível na compreensão de que as pessoas trabalham e, desde pequenos, sabem que algum dia terão que trabalhar, exercer a função de trabalhador (a) e o mecanismo mais poderoso consiste “na impossibilidade de subsistir sem vender a própria força de trabalho e submeter-se às relações de produção capitalista”. Frente a este cenário, o sentido atribuído ao trabalho tem a ver com a função que este ocupa na vida do trabalhador.

O trabalho, como um dos eixos desse estudo, é conceituado por Marx, em seu sentido ontológico como ação especificamente humana que confere à própria existência, meio expresso em condições materiais, pois “os homens devem estar em condições de viver e assim satisfazer tais necessidades, a produção da vida material” (MANACORDA, 2010, p. 65). No capitalismo, o trabalho ainda que atividade vital humana “contrapõe aos indivíduos como algo estranho a eles” (p. 67), ou seja, perde seu caráter natural, contendo “em si uma específica determinação econômica [...] ao atender

sempre à forma geral da riqueza” que “impela o trabalho para além de suas necessidades naturais e cria [...] elementos materiais para o desenvolvimento” (p. 68).

Lombardi (2011, p. 103), apoiado no entendimento de Marx e Engels sobre o trabalho como modo de ser do homem, reforça que trabalho é “ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas [...] a essência do homem é o trabalho [...] usada no sentido de característica fundamental dos homens, a qual é produzida por eles mesmos”. Isso implica entender que o “homem necessita aprender a ser homem [...] a produzir sua própria existência” que ocorre no contexto das relações sociais de produção.

Por outro lado, o advento da sociedade industrial atribuiu ao trabalho caráter negativo. Para Enguita (1989, p. 8), o trabalho “tem sentido negativo, pois está associado à carga, esforço e fonte de desprazer” opondo-se ao ócio, tempo destinado ao desfrute, já que passou a ser uma atividade despossuída de criatividade, por desconsiderar o agir humano. No apontamento deste autor, o trabalho tem sua base conceitual assentada nos estudos de Marx, o que permite defini-lo como “efetivação de uma vontade transformadora da natureza” (ENGUITA, 1989, p. 12) que trazia como característica comum a objetivação².

Nesse cenário, o processo de trabalho é artificial, condicionado historicamente, ao qual as pessoas têm como principal alternativa o trabalho assalariado, o que implica aceitação social a partir de discursos assentados na garantia de satisfação das necessidades materiais, meios de vida. Assim, na idade adulta, as pessoas encontram condições dadas para a obtenção do trabalho. Essa situação é esclarecida por Enguita (1989, p. 30):

A maioria das pessoas que chegam a idade adulta encontram já uma série de condições dadas: não existe para elas outra via disponível de obtenção de seus meios de vida senão o trabalho assalariado, este gozo já de aceitação social, os que o rejeitam têm sido relegados a uma posição marginal e a cultura dominante bendiz e reproduz tudo isso.

Por esta via, Manacorda (2010, p. 66-67) discorre que “o trabalho perde o caráter natural ao apropriar-se de uma totalidade de instrumentos de produção e forças produtivas”. Torna-se “potência estranha” do capital quando “o homem se aliena do trabalho como força produtiva de riqueza” (MARX, 1844 apud MANACORDA, 2010, p. 67). O trabalho na modernidade é visto “como meio de criar riqueza”

²Enguita (1989) discorre que Marx admitia ser a objetivação a característica comum de qualquer trabalho, sendo que esta característica responsável por distinguir o trabalho da atividade animal.

(MANACORDA, 2010, p. 55), isso implica entender que ele extrapola, assim, a produção da vida material vinculada às necessidades, pois passa a ser visto como produtor de riqueza, sendo revestido de um caráter artificial, expresso no estranhamento do próprio trabalho pelo homem.

A reflexão sobre trabalho remete ao entendimento de que o homem é produtor da história, agente que transforma a natureza e a si próprio. A produção do homem para Lombardi (2011, p. 103) é, simultaneamente, “a formação do homem, isto é, um processo educativo” em que a origem da educação coincide com a origem do homem. A educação, segundo Paro (1999, p.109), foi, assim, uma “criação humana” utilizada em favor do capital, de forma mais expressiva com a correlação tendenciosa da educação ao capital.

A educação discutida por Manacorda (2010), extraída das análises de Marx, indica que o ensino deve estar associado ao trabalho produtivo como um poder de caráter político a ser conquistado pela classe operária, pelos trabalhadores. No mesmo sentido, Lombardi (2011, p. 105) reitera o entendimento de Marx e Engels de que a educação consiste “em uma relação contraditória com o modo capitalista de produção, como um poderoso instrumento de formação das novas gerações para a ação política”, expressa na defesa de que os educandos fossem inseridos na produção material, contexto e condições de produção, sem, contudo, a escola recriar o mundo da produção. Desse modo, a cultura técnica (formação geral e técnica) formaria a base da autonomia do operário nos processos de produção “com o ensino politécnico preparando o operário para atuar no processo administrativo como, também, no produtivo” (p. 106).

As expectativas que se tem em relação à educação escolar, de acordo com Paro (1999, p. 111), estão associadas essencialmente ao mercado de trabalho como possibilidade de ascensão social. A esse respeito, o autor argumenta que o papel da educação não deve ser somente o de preparação para o trabalho, mas principalmente “para a atualização histórico-cultural dos cidadãos”. Ainda, menciona equívocos em relação à escola, seja pela falta de conhecimento dos indivíduos e/ou por intencionalidade de determinados grupos, sobretudo o de que, enquanto agência que prepara para o trabalho, ela seria responsável pela ascensão social das pessoas como se fosse responsável por criar os empregos, desconsiderando a incumbência do sistema produtivo, em tal criação, sob a justificativa de que a crise do sistema capitalista inviabiliza a abertura de empregos.

Em uma perspectiva emancipatória, a educação abrigava a formação politécnica composta pela formação geral e formação científica, e ainda levaria a compreensão de todo processo de produção e manejo das várias ferramentas de produção. Desse modo, a educação no processo revolucionário, é “importante instrumento para que o trabalhador consiga não apenas ter acesso aos conhecimentos” mas que, por meio destes “possa controlar o processo de produção e reprodução dos conhecimentos científicos e técnicos envolvidos no processo produtivo” (LOMBARDI, 2011, p. 106).

No tocante a educação, Lombardi (2011) destacou que a relação que o capital passou a impor, entre o trabalho e a formação, para um treinamento básico restrito a execução de tarefas determinadas foi sinalizada por Marx. Assim, nos estudos desenvolvidos por Marx, sobre os modos de produção processados ao longo da história, Lombardi (2011, p. 129) endossa que este autor constatou que o desenvolvimento de uma habilidade parcial tolhia o trabalhador e a “transformação da ciência em força produtiva, a serviço do capital” ao aprofundar a dualidade entre trabalho intelectual e trabalho manual. Dualidade estendida para a escola, que passou a oferecer educação distinta para atender estas duas formas de trabalho, com restrita inter-relação entre ambas.

A globalização econômica e a reestruturação produtiva³, em âmbito macroestrutural, conforme pontua Kuenzer (2009), foram “responsáveis pelo novo padrão de acumulação capitalista [...] imprimindo vertiginosa dinamicidade às mudanças que ocorreram no processo produtivo [...] crescente incorporação de ciência e tecnologia”, exigindo “um trabalhador de novo tipo, que tenha mais conhecimentos [...] adapte-se a situações novas [...] eduque-se permanentemente” (KUENZER, 2009, p. 57) para lidar com a produção flexível⁴ e a instabilidade do mercado. Em conformidade com

³ Reestruturação produtiva, para Morais (2011), é uma “nova” forma de perceber e conduzir a cultura organizacional da empresa, em que modelos de organização do trabalho são utilizados para assegurar a ordem capitalista de produção. Nas duas últimas décadas do século XX, com mais uma crise do capital, o modelo taylorista-fordista necessitou ser ressignificado para garantir a vida útil do capitalismo. Ao detalhar o processo de trabalho e sistematização temporal de produção incluiu a tecnologia de modo a evitar dispêndio de força de trabalho e trouxe como marca distintiva a uniformização do trabalho, expressa no parcelamento de tarefas e na desqualificação, que levariam a produção em massa. Assim, visa adotar o “modelo de produção japonês” que, para Carneiro (1998, p. 86), tem como traço a integração flexível, sendo caracterizado pela diminuição do trabalho segmentado, “no qual o trabalhador passa a desempenhar um conjunto de atividades inter-relacionadas que demandam um maior nível de escolarização, participação [...] trabalho em grupo”, disponibilização de saberes adquiridos com a vivência, o que pressupõe relativa autonomia e determinado controle do processo de trabalho.

⁴ A produção flexível nos dizeres de Carneiro (1998, p. 45) pode ser considerada como reconversão produtiva, que “consiste na integração sistemática de distintas sequências de trabalho em um mesmo processo, reduzindo a porosidade e o retrabalho” objetivando aumentar a produtividade. Processo em que

esse entendimento, Duarte e Hypolito (2008, p. 79) argumentam que o atual contexto socioeconômico requer que se pense “na formação dos indivíduos para o trabalho sob novas habilidades, que não incluem as formas de qualificação tradicional do antigo trabalhador [...] pensar novas formas de educação e qualificação do trabalhador para atender às novas exigências do setor produtivo”. Para Sampaio (2010), o trabalho desqualificado e desqualificante remete a perda do sentido humanizante e do sentido prático da atividade produtiva, do que se pode inferir que a educação atende esse propósito desqualificante presente na atividade produtiva.

Nesse cenário, Frigotto et. al. (2005) refletem que o ensino médio integrado tem como desafio constituir uma mediação profícua para o projeto de desenvolvimento com justiça social e igualdade, em que democracia e cidadania sejam substantivas e, simultaneamente, atenda aos imperativos das novas bases tecnológicas da produção e prepare o sujeito para o trabalho complexo, em que a vida seja parte da formação do homem. Na perspectiva neoliberal, o problema da educação está nos indivíduos da sociedade que a mantêm, e não no Estado, o que está em consonância com o pensamento de Bianchetti (1999, p. 103) no que tange à descentralização, em outras palavras, “transferência de responsabilidade ao nível individual”. Desse modo, “a educação deve ser inerente às exigências do mercado de trabalho, preparando seus educandos para o mundo do trabalho, proporcionando-lhes não o emprego, mas o estado de empregabilidade” (SAMPAIO, 2010, p. 157) com a transferência da esfera social para a mercadológica, como forma de atender os interesses do capital. Contribuindo com esse entendimento, Sousa Junior (2010, p. 169) pondera que o capital perde seu caráter progressista. Assim, no final do século XX e décadas iniciais do século XXI, o capital vem adquirindo caráter regressivo destrutivo que intensifica a relativização do papel prioritário do trabalho abstrato como formador do sujeito social potencialmente revolucionário”, em que o trabalho abstrato é tomado como relativo ao valor de uso, o que pode ser associado, nesse estudo, à educação como valor de uso para a inserção no mundo do trabalho.

Acerca da concepção de que a educação prepara para o trabalho, Paro (1999) pondera que a ascensão social, já pontuada, não deve estar diretamente relacionada à educação, pois é o sistema produtivo que cria os empregos, postos de trabalho. Enguita (1989) argumenta, de maneira genérica, que o papel atribuído a escola tem sido o de

a integração sistêmica é fundamento, por ter cunho organizacional apoiado na participação de todos os trabalhadores e na tecnologia.

socialização para o trabalho, contudo adverte que “a escolarização universal tem sido um instrumento para suprir ou, ao menos, mitigar e desativar as grandes contradições e fontes potenciais de conflito da sociedade cujos cenários fundamentais eram e são os campos da economia e da política pública” (ENGUITA, 1989, p. 218). A partir dessas argumentações, pode-se entender que a educação tem a incumbência de servir a sociedade capitalista com a preparação e socialização para o trabalho, em que geralmente se considera o trabalho assalariado, assim a atenuação dos conflitos e contradições sociais não elimina a existência de novos conflitos.

Em sua análise sobre a escola, Enguita (1989) destaca que ela: “está separada da vida [...] embora não haja dúvidas de que a escola prepara para a incorporação no trabalho assalariado [...] e para a vida política [...] tampouco há dúvida de que o resto da vida social fica em grande parte fora de seu horizonte” (ENGUITA, 1989, p. 223). Fato responsável por revelar que a escola não “propicia aos futuros trabalhadores as características não cognitivas que podem chegar a esperar-se deles – e duvido que propicie as cognitivas” (p. 224), ao apresentar dificuldades para desempenhar sua tarefa social, por não considerar a realidade circundante.

Assim, apesar de a educação necessitar da incorporação de uma lógica democrática, expressa no tratamento igualitário dos alunos, na participação, apresenta uma lógica autoritária e burocrática no que concerne a sua prática. Desse modo, Enguita (1989) demonstra que, na coexistência desta lógica, há sobreposição da lógica econômica sobre a democrática. Isso implica dizer que a escola pertence ao Estado (democrático) e está a serviço da economia (autoritária e burocrática), lógicas distintas que se relacionam de forma contraditória e conflitiva.

A divisão técnica do trabalho ocasionou divisão na aprendizagem e no sistema educacional para atender às necessidades de formar trabalhadores para os diferentes setores da economia. Assim, Lombardi (2011, p. 144) considera que “a educação era (é) adequada a essa estrutura e organização econômica e social”.

Enguita (1989) trouxe para o campo de discussão a questão da desqualificação do trabalho e a sobreeducação⁵ do trabalhador como parte do processo de produção capitalista que apresenta perspectivas contraditórias quanto à qualificação da força de

⁵Conforme Enguita (1989) a expressão sobreeducação é pertencente à sociologia e economia da educação e está relacionada com a demanda de educação como um bem público desejável, a ideologia credencialista, a legitimidade dos títulos escolares como critério de competição, indicações de reformas governamentais que forcem a oferta de educação e seu consumo para além das necessidades do sistema produtivo, de modo a gerar uma crescente reserva de mão-de-obra qualificada.

trabalho, tendo por um lado a desqualificação que representa a diminuição dos custos e maior controle, e por outro “requer uma formação multilateral que permita ao trabalhador trocar de tarefas e de posto de trabalho sem custos adicionais ou minimizando-os” (p. 230). A educação, nesse contexto, é regida pelo ideário de que corre menos riscos se “ensinar um pouco de tudo que tudo de um pouco” (p. 231) e conseguir formar um trabalhador versátil que tenha capacidade de incorpora-se a gama de postos de trabalho de baixa qualidade, sujeitos à de precarização.

No tocante ao descompasso entre educação e trabalho, Enguita (1989, p. 234) observa que a escola não suprime as contradições sociais, apenas as desloca, ao prometer mobilidade social, assim “gera expectativas que a produção não satisfaz” (ENGUITA, 1989, p. 234). Na tentativa de superação dessa questão, o autor aponta duas possibilidades: organizar a educação de tal forma que as capacidades humanas existentes pudessem ser aproveitadas de modo otimizado, pois a qualificação pode não garantir emprego na área de formação - um posto de trabalho e/ou organizar a produção de modo que a aplicabilidade das capacidades desenvolvidas na escola fosse superada no local de trabalho. Para argumentar essa ideia, pontua que a escola está organizada para socializar o aluno para o trabalho, o que não a isenta das contradições inerentes ao sistema capitalista, pois educa seu público com base nas relações do processo de produção e na estrutura de classe vigentes.

Nessa contextualidade, a relação entre educação e trabalho é afetada pelas contradições, expressas na falta de conectividade, sobretudo, pelo fato de que o acesso ao trabalho não está associado à educação recebida pelo trabalhador, mas depende do mercado de trabalho que não tem condições de absorver os que passam pela escola, devido à necessidade natural que o capital tem de criar “um exército de reserva de trabalho” (ANDERSON, 1995, p. 11) que o sustente e possibilite a mobilidade multifacetada do trabalhador. Assim, recai sobre a escola a incumbência de estar em consonância com sistemas de produção flexíveis. Há que se ponderar, ainda, que sob esta perspectiva, questões concernentes ao repensar a atuação da escola no tocante à oferta de educação, ao tipo de sociedade a que se destina e ao indivíduo que a recebe não são postas em discussão, ou são esparsamente abordadas.

O trabalho como processo ou parte do processo educativo, conforme comenta Manacorda (2010, p. 71), não pode sozinho “subverter as condições sociais e libertar o homem”, mas pode ser um dos elementos que colabore para essa libertação. Assim, a participação real do trabalho como processo educativo será mais eficaz na medida em

que for menos recurso didático e mais inserção real no processo produtivo social, em que houver o vínculo entre estruturas educativas e produtivas, não com o fim único de atender as últimas, mas a partir delas pensar a educação do homem para além do econômico. Desse modo, o trabalho pode ser pensado como uma dentre as possibilidades de interligação entre processo educativo e produtivo, a partir da tomada de consciência da dinâmica que envolve o processo produtivo social.

Considerações

O enfoque dos principais conceitos que orientam a relação entre educação e trabalho no ensino médio integrado ao ensino técnico revelou a complexidade que envolve a abordagem desta temática, sobretudo por ter como diretriz fundamental as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, dentre as quais destacam a reestruturação produtiva, a produção flexível e a instabilidade do mercado – subsidiadas pelo modelo socioeconômico neoliberal, pautado na acumulação flexível do capital. Nesse exercício, tornou-se necessário observar que a busca de separação dos conceitos teve caráter didático, o que implica dizer que, na realidade, estão imbricados na totalidade social.

O entendimento do conceito de homem está associado às concepções de trabalho e sociedade, pois a humanização do homem ocorre dentro da sociedade e pela sociedade nos dizeres de Marx, em que o trabalho proporciona as condições materiais de existência, daí perceber o homem como ser real que transforma a natureza e a si mesmo. O trabalho é uma especificidade humana que confere a própria existência, haja vista que o homem é produtor da história, agente que transforma e contraditoriamente mantém a sociedade capitalista.

A produção do homem implica, ao mesmo tempo, um processo educativo, no qual a educação é uma construção humana que coincide com a própria origem do homem, tem como finalidade básica estar relacionada com o processo produtivo. No modo de produção capitalista, a educação serve ao capital, adéqua-se a estrutura e organização social e econômica, com a preparação e socialização para o trabalho. Preparação que está, no atual cenário socioeconômico, por vezes relacionada à possibilidade de ascensão social e a perspectiva de conquista de postos de trabalho e não garantia, por ser o sistema produtivo o criador de empregos.

A educação, ainda, desempenha o papel de atenuadora das contradições e conflitos sociais e tende a estar separada da vida, já que tem como foco principal a

preparação para a incorporação no trabalho, parte considerável da vida social fica fora de sua ação, comprometendo não só a formação específica quanto a geral. Há no meio educacional entendimento de que ensinar um pouco de tudo é mais importante que ensinar tudo de pouco, concepção que está ancorada no princípio da formação multilateral que atenda a versatilidade do setor produtivo e aos interesses do capital, o que não assegura uma formação integral do indivíduo.

No ensino médio integrado ao ensino técnico estas questões ganham mais expressividade por buscar atender aos propósitos: possibilitar a continuidade dos estudos e preparar para o trabalho, contribuir com a formação para a vida e para o trabalho. Tarefas que estão permeadas pela contradição e conflitos inerentes a sociedade capitalista regida pelo modelo socioeconômico neoliberal, o que lhe confere um duplo desafio de congregar todos estes conceitos e promover uma educação transformadora.

REFERÊNCIA

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILLI, P. **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999, 119 p.

CARNEIRO, M. E. **Os técnicos de 2º grau frente à reconversão produtiva**. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado, 214p.

DUARTE, B. R., HYPOLITO, A. M. Transformações no mercado de trabalho e educação. In: **Trabalho & Educação**. FAE/UFMG, vol. 17, nº 2 – Maio/ago 2008, p. 78-88.

ENGUIITA, M. F. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Trad. Tomas Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989, 272p.

ENGUIITA, M. F. **Trabalho, escola e ideologia**: Marx e a crítica da educação. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993. 351p.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 57-82.

KARL, M.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. Luiz Cláudio de Castro e Costa. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Clássicos), 119 p.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2009, 248 p.

LOMBARDI, J. C. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011, 265p.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Trad. Newton Ramos de Oliveira. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010, 2ª Edição, 216p.

MORAIS, F. D. **A relação entre escola e trabalho na lógica do capital**: os cursos superiores de tecnologia no Brasil em debate. Universidade Federal de Goiás, UFG-GO, 2011. Dissertação de mestrado, 119 p.

PARO, V. H. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In. FERRETI, C. J.; SILVA JÚNIOR, J. R.; OLIVEIRA, M. R. **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999, p. 101-119.

SAMPAIO, I. M. Trabalho e educação: Paradoxos na formação do trabalhador. In. FRANÇA, R. L. (Org.). **Educação e trabalho**: políticas públicas e formação para o trabalho. Campinas-SP: Alínea, 2010, p. 149-186.

SOUSA JUNIOR, J. **Marx e a crítica da educação**: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010, 240 p.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 117-182.